



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

## AUDIÊNCIA PÚBLICA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2021, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Ata da Oitava Audiência Pública, realizada na Câmara de Vereadores “Palácio Deputado José de Souza Cândido”, nas dependências do Plenário “Francisco Marques Figueira”, cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao vigésimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas e dezesseis minutos, deu-se início à Oitava Audiência Pública, do Primeiro Exercício da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência do Ver. Leandro Alves de Faria que, em nome de Deus e da Pátria, declarou aberta a sessão e anunciou: “Esta Audiência Pública tem por objetivo a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2021, em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000. Nomeio uma comissão composta pelos vereadores: Denis Claudio da Silva, Lazario Nazare Pedro e Artur Yukio Takayama para fazer adentrar ao plenário o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Corrêa Viana; o diretor de receitas, Sr. Ademilson Freire; a diretora de contabilidade, Sra. Adriana de Castro Silva de Melo e o contador, Marcelo Rodrigues.” Composta a mesa, o Senhor Presidente passou a palavra ao secretário de planejamento e finanças para suas considerações iniciais.” **Com a palavra o Sr. Itamar Corrêa Viana:** “Bom dia, Presidente! Bom dia aos vereadores presentes Arthur Takayama, pastor Lázaro, Denis Claudio da Silva e o pastor Paulo Alves! Agradeço a imprensa que está fazendo a cobertura, a equipe da diretoria de receita e a minha equipe de contabilidade hoje nessa audiência pública.” O Sr. Itamar Viana fez a apresentação da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, perante os membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Suzano. Demonstrou e explicou o relatório referente à prestação de contas e documentos relativos à receita e despesa do 2º quadrimestre de 2021 enviados à Câmara Municipal de Suzano, via Ofício n.º 34/SMPF/CTBL/2021, em 27 de setembro de 2021, (protocolo nº 0005213), às 13h25. Iniciou a apresentação – auxiliado pelo Sr. Brenno Markus Stach, que fez a apresentação dos slides no data show da Câmara Municipal de Suzano – dizendo: “Em cumprimento ao artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, § 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na Comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais ou municipais. Fizemos a apresentação do primeiro quadrimestre e hoje apresentamos o segundo quadrimestre que finalizou em agosto. Vamos apresentar os Relatórios de Prestação de Contas que




# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

envolvem: • Relatório Resumido da Execução Orçamentária; • Resultado Primário; • Receita Corrente Líquida • Despesa com Pessoal e • Relatório de Gestão Fiscal.” A seguir, convidou o contador Marcelo Rodrigues para explicar os dados do quadro do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2º quadrimestre de 2021. **Com a palavra o Sr. Marcelo Rodrigues**, que leu e explicou os valores contidos no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

<b>Relatório Resumido da Execução Orçamentária</b>			
<b>2º Quadrimestre de 2021</b>			
RECEITAS	Prevista	Realizadas até 31/08/2021	
Categoria Econômica/Fontes	R\$	R\$	(%)
<b>Receitas Correntes (A)</b>	<b>900.556.025,23</b>	<b>673.520.338,73</b>	<b>74,79%</b>
<b>Tributárias</b>	<b>255.192.200,00</b>	<b>160.544.668,83</b>	<b>62,91%</b>
Impostos	248.988.000,00	158.415.342,07	63,62%
Taxas	6.199.500,00	2.129.326,76	34,35%
Contribuições de Melhoria	4.700,00	0	0,00%
<b>Contribuições</b>	<b>37.608.225,75</b>	<b>24.388.440,71</b>	<b>64,85%</b>
Contribuições Sociais	23.925.000,00	15.341.936,54	64,13%
Contrib. Custeio de Iluminação Pública	13.683.225,75	9.046.504,17	66,11%
<b>Patrimoniais</b>	<b>17.343.000,00</b>	<b>6.852.173,37</b>	<b>39,51%</b>
<b>Serviços</b>	<b>150.000,00</b>	<b>116.575,90</b>	<b>77,72%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>571.669.179,48</b>	<b>468.643.691,13</b>	<b>81,98%</b>
Transferências União	156.836.474,23	122.931.049,63	78,38%
Transferências Estado	298.481.504,25	246.398.519,13	82,55%
Transferências FUNDEB	116.201.201,00	99.170.393,51	85,34%
Instituições Privadas	150.000,00	143.728,86	95,82%
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>18.593.420,00</b>	<b>12.974.788,79</b>	<b>69,78%</b>

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças  **PREFEITURA DE Suzano**

“No primeiro quadro, vamos falar a princípio de Receitas Correntes, que começam pelas tributárias que são impostos, taxas e contribuições de melhorias, que totalizaram R\$ 160,54 milhões. Temos a contribuição chamada CIP(Contribuição de Iluminação Pública), que são as contribuições sociais para o custeio da iluminação pública, totalizou R\$ 24,38 milhões. As patrimoniais que são normalmente aplicações financeiras, serviços, transferências correntes que totalizaram R\$ 468,64 milhões, bem como as outras receitas correntes que totalizaram R\$12,97 milhões. Então, chegamos a uma receita corrente total bruta, sem as deduções do Fundeb, de R\$ 673,82 milhões, atingindo 74,79% do previsto.” Prosseguindo, o Sr. Itamar passou a palavra para o diretor de receitas, Sr. Ademilson Freire, que explicou os valores da composição das Receitas Orçamentárias: “IPTU – Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana: atingiu o montante de R\$ 78,20 milhões, sendo 69,83% da previsão orçamentária. **ISS** – Imposto Sobre Serviços:



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

arrecadado o valor de R\$ 47,54 milhões, representando 61,75% do previsto. **ITBI** – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis: atingiu o montante de R\$ 10,08 milhões, ou seja, 87,65% da previsão. **AS TAXAS** – Atingiram o montante de R\$ 2,13 milhões, ou seja, 34,35% da previsão para 2021. **AS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** atingiram até o segundo quadrimestre o montante de R\$ 468,64 milhões, ou seja, 81,98% da previsão para 2021.” **A seguir, o Senhor Itamar manifestou:** “Complementando, gosto sempre de fazer essa observação. Nas receitas orçamentárias, há sempre a previsão, logicamente, dividindo o ano em três quadrimestres, é como fosse 33,33% para cada quadrimestre. Então as receitas do IPTU estão, praticamente, dentro do planejado; o ISS um pouco abaixo 5%, 6% abaixo, devido todo o acontecido; o ITBI está um pouco acima do previsto 87,65% e as taxas 34,35%, que tiveram uma queda significativa, porque foram deslocadas para o pagamento em outubro, novembro e dezembro. A gente fez a alteração das taxas no município no início do ano para serem pagas até o final do ano, por isso que tem essa diferença grande aqui entre o planejado e o realizado. Essa foi uma decisão do governo, da Casa, da gente conseguir prorrogar as taxas para os contribuintes.” **A seguir, o Sr. Marcelo Rodrigues,** leu e explicou os dados dos relatórios resumidos da Execução Orçamentária do segundo quadrimestre:

<b>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>2º QUADRIMESTRE DE 2021</b>			
RECEITAS CAPITAL (B)	Prevista Atualizada	Realizadas até 31/08/2021	
Categoria Econômica/Fontes	R\$	R\$	( % )
Receitas de Capital (B)	77.735.745,67	13.475.110,06	17,33%
Operações de Crédito	22.975.247,76	1.405.905,22	6,12%
Alienação de Bens	8.000.000,00	0	0,00%
Transferências de Capital	46.760.497,91	10.720.512,48	22,93%
Outras Receitas de Capital	0,00	1.348.692,36	0,00%
Receitas Intra (C)	63.795.000,00	37.962.344,99	59,51%
(-) Deduções Receitas FUNDEB (D)	70.955.000,00	56.267.869,72	79,30%
<b>RECEITA TOTAL (A+B+C-D)</b>	<b>971.131.770,90</b>	<b>668.689.924,06</b>	<b>68,86%</b>

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças  **PREFEITURA DE Suzano**

“As receitas totais que são do primeiro quadro, Receitas Correntes, mais as Receitas de Capital, mais Intra, mais as deduções do Fundeb chegamos a uma receita R\$ 668.689.924,06, 68,86% do previsto”, informou o Sr. Marcelo.



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

<b>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>						
<b>2º QUADRIMESTRE DE 2021</b>						
DESPESAS	Dotação Atualizada	Empenhado até 31/08/2021		DESPESAS EXECUTADAS (L)		
Categoria Econômica/Natureza	R\$ (A)	R\$ (E)	E / A (%)	Liquidada até 31/08/2021	Inscritas em RP não processados	L/A (%)
<b>Despesas Correntes (exceto intra-orç.) (E)</b>	<b>776.645.734,29</b>	<b>543.853.546,90</b>	<b>70,03%</b>	<b>440.396.999,60</b>	<b>0,00</b>	<b>56,71%</b>
Pessoal/Encargos Sociais	357.545.302,00	181.190.361,59	50,68%	180.633.740,80	0,00	50,52%
Juros/Enc. da Dívida Interna	3.950.500,00	3.887.859,69	98,41%	2.527.748,36	0,00	63,99%
Outras Despesas Correntes	415.149.932,29	358.775.325,62	86,42%	257.235.510,44	0,00	61,96%
<b>Despesas de Capital (F)</b>	<b>129.004.575,67</b>	<b>72.047.739,59</b>	<b>55,85%</b>	<b>38.497.550,50</b>	<b>-</b>	<b>29,84%</b>
Investimentos	109.476.668,38	60.822.961,59	55,56%	27.575.895,93	0,00	25,19%
Inversões Financeiras	150.000,00	-	0,00%	-	-	0,00%
Amortização da Dívida	19.377.907,29	11.224.778,00	57,93%	10.921.654,57	0,00	56,36%
<b>Despesas Intra (G)</b>	<b>67.323.539,53</b>	<b>42.461.327,61</b>	<b>63,07%</b>	<b>35.133.369,65</b>	<b>0,00</b>	<b>52,19%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (H) = (E+F+G)</b>	<b>972.973.849,49</b>	<b>658.362.614,10</b>	<b>67,66%</b>	<b>514.027.919,75</b>	<b>0,00</b>	<b>52,83%</b>
		Receita Total.....		668.689.924,06		
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....</b>				<b>154.662.004,31</b>		

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças



PREFEITURA DE  
**Suzano**

9

O secretário Itamar Viana agradeceu a presença dos Vereadores: Fabio Diniz, José de Oliveira, Marcio Malt e do Baiano da Saúde. Continuou a explicar: **“APLICAÇÃO DOS RECURSOS: SAÚDE.** As despesas liquidadas até o 2º quadrimestre, com recursos próprios na área da SAÚDE, totalizaram R\$ 103,85 milhões, representando 20,69% do total das receitas de impostos e transferências constitucionais, sendo 5,69% acima do que determina a Lei (15%). **ENSINO (C.F.Art. 212).** As despesas liquidadas até o 2º Quadrimestre, com manutenção e desenvolvimento do ENSINO, totalizaram R\$ 110,27 milhões, atingindo 24,89% das receitas de impostos municipais e transferências constitucionais.” Na sequência, passou a palavra para a diretora de contabilidade, **Sra. Adriana de Castro Silva de Melo** que falou sobre os dados dos quadros Resultados Primários. **“RESULTADO PRIMÁRIO** que são as receitas tirando as despesas e as receitas financeiras”





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

## **RESULTADO PRIMÁRIO 2º QUADRIMESTRE DE 2021**

<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	
<b>RECEITAS</b>	
Receitas Correntes	617.252.469,01
Receitas de Capital	13.475.110,06
Subtotal:	630.727.579,07
(-) Receitas de Operações de Crédito	1.405.905,22
(-) Receitas de Aplicações Financeiras	6.849.164,58
(-) Outras Receitas financeiras	3.008,79
<b>Receita Primária Total (A)</b>	<b>622.469.500,48</b>

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças



12

## **RESULTADO PRIMÁRIO 2º QUADRIMESTRE DE 2021**

<b>Despesas:</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	
	Liquidada até 31/08/2021	Inscritos em RP não processados
Despesas Correntes (I)	440.396.999,60	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	180.633.740,80	0,00
(-) Juros e Encargos da Dívida (II)	2.527.748,36	0,00
Outras Despesas Correntes	257.235.510,44	0,00
<b>Despesas Primárias Correntes (III) = (I)-(II)</b>	<b>437.869.251,24</b>	<b>0</b>
Despesas de Capital (IV)	38.497.550,50	0,00
Investimentos	27.575.895,93	0,00
Inversões Financeiras	-	0
(-) Amortização da Dívida (V)	10.921.654,57	0
<b>Despesas Primárias de Capital (VI) = (IV-V)</b>	<b>27.575.895,93</b>	<b>-</b>
<b>Despesa Primária Total (B) = (III+VI)</b>	<b>465.445.147,17</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (B) = Despesas Liquidadas + RP não processados</b>	<b>465.445.147,17</b>	
<b>Resultado Primário ( A - B ).....</b>	<b>157.024.353,31</b>	

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças



13




# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

O Sr. Itamar Viana, discorreu sobre **RESULTADO PRIMÁRIO DO 2º QUADRIMESTRE DE 2021** – “São excluídas as receitas e despesas financeiras, indicando se o nível dos gastos orçamentários (não financeiro) do município estão compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, as receitas primárias são capazes de suportar as despesas. No nosso caso, estamos atendendo totalmente as exigências.” A seguir, convidou o contador **Marcelo Rodrigues** para explicar os dados dos quadros Receita Corrente Líquida e Relatório de Gestão Fiscal. **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** – Este quadro é muito importante na contabilidade pública, que determina muitos limites para os órgãos, entes públicos e tudo mais. As receitas correntes, sempre é bom ressaltar, que a receita pega sempre os doze meses. Nós falamos de janeiro até agosto nos quadros anteriores, mas a receita corrente líquida até por determinação da União, dos Tribunais de Contas, você pega os doze meses, ou seja, nós vamos falar de dos resultados de setembro de 2020 a agosto 2021. Sempre doze meses reforçando”, explicou o Sr. Marcelo Rodrigues.

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA CÁLCULO DOS ÚLTIMOS 12 MESES (SET/20 A AGO/21)</b>	
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>973.902.147,76</b>
Receita Tributárias	234.096.708,81
Receita de Contribuição	34.319.508,67
Receita Patrimonial	7.845.154,34
Receita de Serviços	152.202,93
Transferências Correntes	676.255.285,28
Outras Receitas Correntes	21.233.287,73
<b>Deduções (II)</b>	<b>106.769.917,61</b>
Contribuição Plano de Previdência do Servidor	27.031.452,78
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	79.738.464,83
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>867.132.230,15</b>

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças  **PREFEITURA DE  
Suzano** 15

O Sr. Marcelo enfatizou: “Para se chegar à receita corrente líquida é preciso deduzir a contribuição do plano de previdência do servidor, mesmo porque ele vai ser destinado às aposentadorias e pensões e também as deduções para a formação do Fundeb”.




# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE DE 2021 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES</b>		
<b>Receita Corrente Líquida - RCL</b>	<b>867.132.230,15</b>	
<b>Despesas Totais com Pessoal</b>		
Despesa total com Pessoal - DTP	312.248.261,89	36,01%
Limite Legal ( art. 20 LRF)	468.251.404,28	54,00%
Limite Prudencial 95% (Par. Único. art. 22 LRF)	444.838.834,07	51,30%
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>		
Valor da DCL	-89.828.892,53	-10,36%
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res.nº 40 Senado)	1.040.558.676,18	120,00%
<b>Concessões de Garantias</b>		
Montante	0	0,00%
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res.nº 40 Senado)	190.769.090,63	22,00%
<b>Operações de Crédito Internas</b>		
Realizada no Período	1.405.905,22	0,16%
Limite Definido p/ Senado Federal p/ Operações de Crédito Internas	138.741.156,82	16,00%
Limite Definido p/ Senado Federal p/ Op. por Antec. Rec.Orç. - ARO	60.699.256,11	7,00%

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

 16

O Sr. Marcelo ressaltou que dívida consolidada líquida é um índice muito bom na cidade de Suzano: “Hoje apresenta um valor negativo de 89 milhões. O que significa isso? Na verdade, esse negativo é sobra de recursos. Você paga toda dívida com recurso de curto prazo e ainda sobram R\$ 89 milhões, ou seja, ficamos com - 10,36%.” A seguir, o Sr. Itamar falou sobre o Relatório de gestão Fiscal: “**DESPESAS COM PESSOAL** – Despesa com pessoal ficou em 36,01% da Receita Corrente Líquida, 15,29% abaixo do limite prudencial e 17,99% do limite legal, demonstrando o total controle dos gastos públicos. **DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA** – A DCL dos municípios pode atingir 120% da receita corrente líquida, conforme Resolução nº 40 do SF, sendo que Suzano atingiu no 2º quadrimestre -10,36%, ou seja, apresentou uma margem de endividamento de 130,36% da Receita Corrente Líquida (RCL) disponível, e que não necessitou ser utilizada. Esse é um item técnico, mas a gente sempre demonstra, porque é a questão do endividamento do município. O município está totalmente dentro dos parâmetros, dentro do que as leis e do que determina o Tribunal de Contas e do que as melhores práticas contábeis exigem. Presidente, neste momento, com ajuda da equipe, a gente conclui a apresentação, demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre 2021. Fico à disposição da Casa.” **Senhor**



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

**Presidente:** “Parabéns, Secretário, parabéns à equipe. Podemos observar que a Prefeitura está com a vida financeira saudável, podendo assim fazer os investimentos necessários para o desenvolvimento na nossa cidade.” A seguir, abriu a palavra aos vereadores. **Com a palavra o Ver. Denis Claudio da Silva – DEM (Denis Filho Pedrinho Mercado):** “Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar o nosso secretário, Itamar, e, em seu nome cumprimentar, os demais componentes da mesa. Secretário, gostaria de saber se Vossa Excelência poderia fazer uma explanação melhor para gente sobre a arrecadação da CIP(Contribuição de Iluminação Pública). Não sei se vocês têm os dados mensais da arrecadação, pois, Senhor Presidente, estamos encontrando algumas dificuldades, referentes à utilização dessa Contribuição de Iluminação Pública. Então, se a gente pudesse ter uma explanação um pouquinho mais detalhada, para que a gente possa cobrar. Já deixo aqui como sugestão ao nobre Presidente, o convite ao secretário de obras, para que fale um pouquinho mais sobre a taxa de iluminação, pois a cidade vem enfrentando alguns problemas, principalmente, nos últimos meses. E pelo que eu pude ver, em uma explanação superficial, a arrecadação é bem alta, Senhor Secretário. Então, se tiverem os dados da arrecadação mês a mês para nos informar, gostaria de saber. E eu vi que ela está abaixo do previsto, se puderem dar um parâmetro de o porquê essa arrecadação está tão abaixo e quanto seria arrecadado? O segundo item, Secretário, a Educação, se não me falha a memória, são 25% de aplicação. O que a Constituição solicita aos municípios é que seja feito de investimento e ficamos abaixo com 24,89%, quero saber se vocês sabem o porquê da não aplicação desses recursos na área de educação, uma área que está necessitando tanto na nossa cidade.” **RESPOSTA DO SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “Bom dia e obrigado, Vereador Denis! Então, só passando informação, na verdade, a CIP é uma informação que é apartada da apresentação, e a gente manda sempre um relatório que vem da Secretaria de Manutenção, que é a gestora da informação. Então, a gente repassa a informação que o secretário passa. A informação já foi protocolada e entregue aqui na Casa de Leis, e nós colocamos no quadro de Execução Orçamentária, é o primeiro quadro, na verdade, em que aparece a Contribuição de Iluminação Pública. Estão previstos R\$ 13 milhões, e realizados R\$ 9.046 milhões. Eu até havia feito uma observação, se faço uma divisão simples, nesse caso, a cada quadrimestre dá 33,33% que seria o ideal, a CIP atingiu 66,11%, está totalmente dentro do previsto a realização. Só para informação, acho que você já tem a informação estratificada em mãos.” **PERGUNTA DO VEREADOR:** “Senhor Secretário, foi fornecido, neste momento, esse extrato, porém continuo com a mesma dúvida. Eu gostaria de ter arrecadação mensal da CIP, se o senhor não tiver em mãos e puder enviar para Casa posteriormente, a gente agradece.” **RESPOSTA DO SECRETÁRIO:** “Sem problemas, vou até solicitar para a minha equipe aqui





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

para lhe passar. Só vai ser o extrato desta informação. Quanto à outra informação, Vereador, quando a pergunta é feita, a resposta entra na questão de conhecimento para os demais vereadores. Quando a gente comenta sobre a aplicação do índice, por exemplo, da educação você fala da aplicação nos doze meses, e não necessariamente no quadrimestre. Porque aqui estou fazendo a apresentação do quadrimestre e não entraram as despesas com educação, por exemplo, quando no final do ano entra o décimo terceiro e férias. A base maior de despesa, que é a folha, desloca para dezembro e aí você faz a contabilidade no fechamento em janeiro. Esse número obrigatoriamente tem que ser atendido quando for feita a prestação em fevereiro, no 3º quadrimestre. Então, no 3º quadrimestre é que a informação é consolidada e apresentada, é quando as informações são colocadas. Tem uma discussão em âmbito federal de 2020/2021 para flexibilizar essa aplicação, porém o valor não aplicado terá que ser aplicado até 2023. Todavia nós aqui não estamos trabalhando com esse horizonte, quero fazer o que tange a lei. Está sendo discutido no Congresso, passou no Senado e agora está indo à Câmara a discussão da flexibilização 2020/2021 do índice da Educação. De novo, Suzano não tem essa hipótese, a gente não está trabalhando com ela. O número das despesas liquidadas fecha em janeiro, para poder em fevereiro, quando fizer a prestação do 3º quadrimestre do ano, aí sim está consolidado. Então, poderia, neste momento, por exemplo, ser 10, 15, 20 isso não altera a execução. Eu consigo deslocar isso até o final do ano para virada de 2022.” **SENHOR PRESIDENTE:** “Secretário, quero fazer algumas observações, até pelo fato de que ontem tivemos a audiência pública da Saúde, e o relatório apresentado pelo secretário, não sei se deveria bater com o de Finanças, mas na sua apresentação do 2º quadrimestre, os recursos próprios na área da Saúde totalizaram R\$ 103 milhões, representando 20,69% do total das receitas e diz que aplicamos 5,69% a mais. Ontem, o relatório apresentado pelo secretário de saúde, diz que de verba municipal do Tesouro, tivemos um investimento na Saúde de R\$ 48.227.839,43. Não sei se o senhor consegue dizer, de pronto, com os relatórios ou com a equipe, porque nós sabemos também o que foi remanejado este ano da parte orçamentária e o que foi para saúde. Ontem, até questionei o secretário sobre a situação financeira. Ficaram alguns pontos pendentes para ele responder. Então, não sei se o senhor conseguiria responder essa pergunta, já que no relatório do senhor, como é obrigatório falar do recurso investido na Saúde de 15%, e nós estamos em 20%, se o senhor quiser explicar ou responder após, não tem problema, Secretário.” **SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “Obrigado, Presidente. Na verdade, meus contadores estão ali, tem de chamar a base de cálculo. Eu tenho uma referência, conforme o Marcelo falou, da RCL(Receita Corrente Líquida) de agosto e setembro do ano passado. Se você pegar as aplicações do ano, você desloca a informação. Então, quando eu passo a informação aqui, ela



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

tem um quadro, e a Saúde tem um quadro específico do que eles liquidaram e executaram. Posso fazer um quadro, fica até o pedido para os meus contadores, da despesa objetiva deste ano, porque o ano corrente é uma situação. Quando eu faço a análise, obrigatoriamente tenho que fazer a do período e esse período ainda pega parte do ano passado. Então gostaria que o Marcelo e a Adriana complementassem a resposta, Presidente.”

**CONTADOR MARCELO RODRIGUES:** “Então, Presidente, eu precisaria saber a base dele, porque nós passamos algumas informações. Eu não sei exatamente a base, porque as vezes eles consideram aqui a despesa no total de saúde, com transferências correntes e tudo mais. Pode ser que ele falou só do recurso próprio da Prefeitura, só do Tesouro. Então, acredito que como a divergência é alta pode ter sido isso. Porque o Estado e a União também passam o recurso para saúde, e nós falamos em totais, pode ser isso, mas eu posso ver o relatório dele e confirmar posteriormente.”

**SENHOR PRESIDENTE:** “Aqui no relatório dele, Marcelo, ele falou em receita do Tesouro, porque aqui ele faz uma tabela municipal, federal e estadual, e no município R\$ 48 milhões, e na apresentada hoje teve um investimento de R\$ 103 milhões. Estamos falando do 2º quadrimestre correto, Secretário? Isso, com índice acima da Constituição, que diz que temos que gastar 15%, e o senhor diz aqui que nós gastamos 5,69% a mais. E no relatório da Saúde ele coloca que nós tivemos um gasto com a receita de R\$ 48 milhões. Então, a discrepância aí, digamos que, é de mais de R\$ 50 milhões.”

**SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “Marcelo, já fica solicitado para entregar. Até o quadro que a gente apresenta de R\$ 103,85 milhões, representando 20,69% do total de receitas, de impostos e transferências constitucionais. Então, são transferências do SUS, que não são contabilizadas como receita própria. A gente faz o quadro especificando certinho o que é municipal, estadual e federal, porque você tem receitas do estado, da união e do município para compor esse quadro. Por isso que falei que a gente prepara a memória de cálculo e já faz a devolutiva para Casa de Leis, da forma que é interessante.”

**SENHOR PRESIDENTE:** “Destas mesma forma, Secretário, só para efeito de conhecimento de vocês, mesmo se juntar todas as receitas municipais, estaduais e federais, pelo relatório apresentado ontem pela Secretaria de Saúde R\$ 71.541 milhões, mesmo assim, ainda temos uma discrepância de valores apresentados hoje e apresentados ontem. Só para entendermos o que está dando essa diferença, porque aqui ele coloca tanto municipal quanto federal e estadual, para termos isso e conseguir dessa forma fiscalizar de maneira correta, que é o nosso papel. Mas fico no aguardo, Secretário, dessa planilha com os dados constantes para a gente ver por que está dando essa diferença de um relatório para outro. Tenho certeza de que deve ter acontecido algum equívoco. Outra pergunta, Secretário, nós sabemos da saúde financeira, conforme apresentada aqui, e eu queria saber um pouco do pagamento dos precatórios. Sabemos que tem uma dívida muito alta, que já



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

que vem de mandatos anteriores. Como anda o pagamento disso?”

**RESPOSTA DO SECRETÁRIO:** “Obrigado, Presidente. Quando nós assumimos (a administração), os precatórios de Suzano, realmente, estavam na faixa de R\$ 56 milhões, e hoje está, praticamente, na faixa de R\$ 40 milhões, foi a última contabilização que fizemos. O município tem honrado, tanto que para o Tribunal de Justiça nós poderíamos até pagar menos do que é obrigatório, mas só que ele coloca 1% da RCL. Por isso que a RCL é o número que o Tribunal de Justiça verifica todo mês quanto foi, se foi R\$ 900, um por cento é depositado no Tribunal de Justiça e é ele que faz a gestão do precatório. E Suzano está totalmente dentro, até mesmo com a dilatação do período, está bem equalizado e a gente tem mantido todos os anos totalmente dentro da lei. Teve anos que a gente até superou um pouquinho os repasses, junto ao Tribunal de Justiça. E o Tribunal tem nos agradecido muito pelo trabalho de manter em dia. É uma obrigação constitucional, tem várias frentes sobre a questão do precatório, e hoje o município não tem mais uma gestão direta. Ele só faz o pagamento ao Tribunal de Justiça em cima do boleto enviado. Nós temos mantido todos os períodos, as datas e o compromisso têm sido honrado mês a mês.” **SENHOR PRESIDENTE:**

“Agradeço a explicação, Secretário. Não sei se hoje o senhor já tem esses dados, temos pouco mais de um mês de Refis. Como é que está a porcentagem? Está como o previsto? Tem alguns dados para passar para esta Casa de quanto foi arrecadado até agora com o Refis?” **RESPOSTA DO SECRETÁRIO:**

“Presidente, obrigado pela pergunta e contar com todos, porque quando você faz um prazo um pouco maior do Refis, o pico de pagamento é novembro e dezembro. Então nós fechamos o mês de setembro e o meu diretor de receita, rapidamente, me passou aqui que até agora foram R\$ 2,5 milhões que entraram em caixa. Têm vários acordos sendo feitos e se pegarmos esse número é alto, mas o número que entrou de fato foi R\$ 2,5 milhões. Na verdade, no planejamento da LOA tenho R\$ 22 milhões. Então, ainda tenho que atingir R\$ 20 milhões para ser zero, para poder bater o meu planejado. Este mês agora, a gente vai entrar com uma campanha, porque não tem nada, se você vir, ainda não tem faixa, não tem uma propaganda e a gente vai entrar agora com a propaganda. Até o Vereador Pacola, não estava aqui, na última vez ele comentou sobre o Refis eletrônico. Hoje dá para fazer direto pelo sistema, então não precisa ir ao centro e fomentar na verdade, avisar para as pessoas que dá para fazer, que o Refis está aberto. A gente vai até a data do dia 24 de dezembro, data limite. Não vai ter prorrogação, porque eu tenho que fechar também toda a questão de receita. E o pico, geralmente, é na primeira e na segunda parcela do 13º, quando realmente os contribuintes vêm até a receita. Então a receita está preparando uma comunicação direta das cartas, enviando para os contribuintes e também fazendo uma propaganda direta no rádio, na TV e faixas para mostrar para a população. Porque como comentei, para você ver hoje estou 20 negativos,



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

porém o meu fechamento é dia 24 de dezembro. Então, tem muitas receitas que podem entrar até no início do ano 2022. A importância do Refis é que, depois dos acordos feitos, eu acabo tendo receita corrente, decorrente do Refis durante o ano seguinte. Então, isso também ajuda bastante os índices e a arrecadação do município.” **Senhor Presidente:** “Agradeço a resposta, Secretário. Vemos também que a população também está a fim de pagar, porque no início arrecadou R\$ 2,5 milhões, isso sem contar com os acordos que foram feitos. Secretário, última pergunta, acho que isso é até bom explicar para nós vereadores. Estamos finalizando o mês 9, e de fato, para quem estava aqui no outro mandato sentiu essa mudança, ninguém melhor do que o senhor para explicar isso. Este ano, tivemos de R\$ 100 a R\$ 115 milhões de remanejamento orçamentário. A gente queria saber o porquê, Secretário, de o projeto sempre chegar aqui de uma forma urgente. Nós sabemos que a Prefeitura tem compromissos; sabemos também da situação da pandemia, mas alguns fatos a gente não consegue entender, por que se remanejou tanto? Então já que saem da Secretaria do senhor todos os projetos, acho que o senhor poderia dar uma explanada para todos os vereadores para gente entender, de uma forma mais técnica, o porquê desses mais de R\$100 milhões de remanejamento, coisa que eu acho que não atingimos durante os quatro anos de mandato da legislatura passada. E no período de nove meses, remanejamos tanto a parte financeira.” **RESPOSTA DO SECRETÁRIO:** “Obrigado, Presidente. Permita-me que explique. Foi uma mudança. A gente tem uma tradição de em março fazer o fechamento do ano, mando um projeto de superávit e, graças a Deus, ano a ano a gente tem apresentado este projeto, que compõe o orçamento. A lei de autorização do município permite até 10% de remanejamento pelo Executivo, certo? Isso é lei, porém o Tribunal de Contas não aceita mais essa descrição. A gente tem lá as recomendações, posso passar todas, de todos os meses, e muitas vezes o Tribunal de Contas questiona por que foi passado acima do índice inflacionário. Significa que se o índice for zero, o Tribunal de Contas não autoriza nada para o Executivo fazer remanejamento. Não é o Executivo de Suzano, é o Executivo do Estado de São Paulo. Então, por que está vindo mais? Porque quando a gente faz pelo Executivo, o Tribunal vai questionar por que o Executivo fez isso. E quando faz pelo Legislativo está dentro do regramento jurídico, por quê? Agora aconteceu uma bizarrice inflacionária, – estamos chegando a 10% da inflação – então, teoricamente, podemos remanejar 10% do orçamento, e o Tribunal de Contas não pode falar nada. Porém se a inflação for 1%, ele só vai permitir 1%. Então, ele pegou todas as recomendações de 2018, 2019 e 2020, que estavam acima do índice inflacionário, e a minha resposta para o Tribunal foi, tenho uma lei autorizando até 10%. E ele reforça esse índice. Então, esses remanejamentos poderiam ser feitos pelo Executivo, porém tem esse embate entre o índice inflacionário ou a lei vigente. Porque é assim, recomendam uma vez, duas, na terceira e





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

na quarta você já tem que tomar ressalvas e eles ainda não passaram para gente. Então, este ano, por exemplo, o nosso índice vai ficar dentro do inflacionário, porque está muito alto, mas também com a ajuda da Casa, a gente conseguiu equalizar essa demanda. Então, vários decretos que eram feitos pelo Executivo, hoje estou os consolidando para não fazer todo mês, toda semana alguma coisa e passando por meio da Casa para validar. Eu estou, justamente, fazendo as respostas dos projetos aprovados e encaminhando, inclusive, para o Tribunal de contas com todos os números. Então, está indo agora no índice inflacionário. A permissão de remanejamento do orçamento é o índice inflacionário. Essa é a mudança, até você faz uma observação importantíssima, que não acontecia em anos anteriores e agora aconteceu. Esse remanejamento, como comentei, não é recurso novo, esta última agora que teve recurso novo. Quando você tem um excesso de arrecadação de um item consigo recolocar dentro do orçamento, porém os ajustes orçamentários que são feitos. Então hoje a Casa tem ajudado nessa demanda junto ao Tribunal de Contas. Se você quiser depois eu preparo para os vereadores todas as informações, porque acho é importante, justamente isso. Não é um ato técnico, é realmente uma solicitação, a gente está procurando fazer da melhor forma possível e isso está acontecendo, inclusive, com ajuda da Casa.” **SENHOR PRESIDENTE:** “É importante, Secretário, o senhor responder, porque praticamente tivemos projetos consecutivos que vieram para a Casa. Tenho até os dados aqui, foram dez projetos de remanejamento durante este ano. Então vamos dizer que foi mais do que um por mês. Entendo, por isso mesmo era uma pergunta que já estava aqui para eu fazer, devido a gente estar presidente e sempre chegar o projeto e a gente apresentá-lo aos vereadores e eles também têm suas dúvidas. Eu acho que ficou bem claro como foi explicado pelo senhor agora. É mais uma dúvida que nós tiramos. Uma última questão, Secretário, da minha parte. O senhor acabou de apresentar que os remanejamentos feitos para a Secretaria de Saúde foram mais de 5% do previsto. Acho que o senhor, junto com a sua equipe técnica, seria o mais bem informado para dizer a todos os vereadores quais são os dados corretos de quanto foram gastos com a Saúde para o tratamento da Covid durante este ano ou durante o quadrimestre. Porque não temos esses dados certos. Não temos esse relatório e foi um questionamento feito. Não sei se o senhor consegue junto com a equipe técnica da Secretaria de Saúde ou se o senhor tem esses dados – acho que a sua Secretaria tem – para depois encaminhar o relatório para Câmara, a fim de que nós tenhamos ciência de quanto foi gasto na nossa cidade com verba do Tesouro, não com verba que veio do governo estadual e do governo federal.” **RESPOSTA DO SECRETÁRIO:** “Sim, Vereador, vou encaminhar essa informação. Porque só de ordem técnica, a Secretaria de Finanças compra o remédio e para saber se aquele remédio é para Covid ou se é para outra definição, realmente, a gente não tem capacitação para isso. De novo, mais uma solicitação para a



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

minha equipe de contabilidade, porque a gente, logicamente, lança essas informações. E é importante mesmo a transparência; é o primeiro item da gestão pública. Então, vamos sim providenciar e lhe enviar em tempo hábil.” A seguir, a palavra continuou em aberto aos vereadores. **Com a palavra o Ver. José de Oliveira Lima – PDT (Zé Oliveira):** “Bom dia, Secretário Itamar! Secretário, eu queria só tirar uma dúvida relacionada a tudo o que foi falado nesta audiência. Sabemos que o município de Suzano, como já foi falado várias vezes, como se diz, está com o seu “CPF limpo”. Você sabe das tentações, por exemplo, quando você está com seu nome limpo, tudo que é oferecido você tem lá uma pretensão de pegar, não é? Eu queria saber, mais ou menos, como estão os créditos da Prefeitura relacionados a esses empréstimos que são feitos? Qual que é o volume de dívida do município relacionado aos empréstimos que foram feitos? E se esses empréstimos estão sendo pagos, estão sendo cumpridos? Por exemplo, vemos hoje que vários municípios estão quebrados no Brasil por causa da questão de empréstimo. O município consegue uma certidão que pode contrair dívidas ou pegar empréstimo? O município pode ficar tranquilo que não vai ter, no futuro, alguma coisa que venha a atrasar ou que volte atrás, relacionada todo esse tipo de empréstimo que são concedidos ao município de Suzano?”

**SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “Bom dia, Zé Oliveira! Obrigado pela bela pergunta. Brincadeira à parte é o CNPJ limpo, mas a brincadeira é válida. Eu trazia em outras apresentações aqui que a Secretaria de Finanças de Suzano e de todos os municípios são avaliadas pela Secretaria de Fazenda Nacional, hoje, Ministério da Economia. Pela Secretaria da Fazenda temos a **Capag A**. O que é? É a Capacidade de Pagamento, é um nome estranho, mas é esse. Então, Suzano já está por três vezes **A** e estamos migrando para o quarto **A** possivelmente. É um dos poucos municípios, apenas de 1% a 5% dos municípios no país que conseguiram esse índice e essa qualidade. O que isso quer dizer? Contabilmente significa que você está com suas contas em dia; tem crédito; tem receita caindo todo mês; está em dia com seus pagamentos e você tem capacidade de se endividar, até foi o índice que a gente mostrou. Então, pela Secretaria de Finanças, também bem alinhado com prefeito, financiamento ou tomada de empréstimos pega-se realmente quando você precisa, quando você necessita. Foi o que falou, tenho possibilidade, posso pegar vários empréstimos. Então, aqui em Suzano a gente fez um pouquinho. Quando entramos, pegamos da Marginal do Una os R\$ 10 milhões; pegamos da Arena que, inclusive, já está praticamente pago; tem dívidas que já estão pagas. Temos dívidas junto ao Instituto Previdência que está totalmente sanada, em dia. A gente não tomou mais empréstimos, era uma tradição fazer uma tomada de recurso junto ao Instituto de Previdência e hoje, praticamente a gente não fez mais isso e é importante. No ano passado, por força de uma lei federal o valor patronal não foi pago, que é o valor do município para o Instituto Previdência, certo, minha equipe de contabilidade? E a gente colocou



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

na dívida esse ano e foi parcelado em 60 vezes, mas por causa foi lei federal que a gente acatou e repassou, também por causa da questão da turbulência financeira que estava acontecendo. Então hoje se eu pegar os principais bancos, o BNDS, o Desenvolve, o Banco do Brasil e Caixa Econômica, a média que eles têm oferecido para o município é na ordem de R\$ 100, 150, 200 milhões. Volto a falar, a gente só tem que pegar o que é necessário, senão acaba endividando município de uma forma que não é necessária. Hoje o município tem solidez financeira, que significa que a gente tem capacidade de tomada de empréstimo para fazer uma tomada de recuperação econômica do município. Só que isso daí tem que ser dosado no momento certo, na questão certa. Então hoje todas as informações contábeis nos favorecem. Igual gerente do banco que empresta, geralmente, para quem tem dinheiro, quem tem pouco dinheiro nem empresta. Agora se você tiver investimentos, tiver recursos ele acaba lhe emprestando, é o que acontece com a Prefeitura. Então, hoje a saúde financeira do município está boa. E essa tomada de empréstimo pode acontecer, mas dentro de um planejamento, dentro de um objetivo de qual é a finalidade dele e não tomar um empréstimo aleatório, ou seja, sem uma definição clara.” O Vereador agradeceu e a palavra continuou em aberto aos vereadores. **Com a palavra o Ver. Denis Claudio da Silva – DEM (Denis Filho Pedrinho Mercado):** “Senhor Presidente, só fazendo um adendo à fala do secretário em relação ao Refis. A gente nunca pode deixar de citar, Senhor Presidente, que desses R\$ 20 milhões previstos para arrecadação, dez por cento vão para os procuradores, a Prefeitura não faz uso desse dinheiro. Torna-se um absurdo numa cidade como a nossa, os procuradores que já recebem o seu salário mensalmente pela administração municipal ter o direito, aproximadamente, a R\$ 2.200 milhões em um Refis. Lembrando, se já foram pagos R\$ 2,5 milhões, R\$ 250 mil já foram destinados a eles. Visando isso acho que está na hora dessa Casa, Senhor Presidente, em conjunto, analisar um projeto de lei e fazer como a nossa cidade vizinha Guararema fez, que destinou a sucumbência aos cofres públicos para que assim sejam usufruídos pela nossa população, quem realmente está pagando seus impostos e quitando os seus débitos. Porque não é justo um funcionário público que recebe seu salário mensalmente ter que receber do seu município, aquele que vem quitar seus débitos com a administração, que não deixou de pagar seus impostos que quis, não pagou porque estava passando por dificuldades, e quando vem quitar esses débitos tem que pagar um funcionário que já recebe para fazer isso. Então, deixo aqui a indignação deste Vereador e deixo aqui a proposta para Vossa Excelência junto com esta Casa estudarmos um projeto de lei para que possamos fazer igual a nossa cidade vizinha Guararema, pedimos até uma cópia do projeto que foi feito lá. Então, fica aqui a minha indignação, Senhor Presidente. Gostaria de perguntar ao nobre do secretário duas coisas. O senhor falou sobre uma dívida com o IPMS, devido a uma lei federal. Se o



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

senhor puder nos fornecer, qual seria o valor dessa dívida? Não me recordo de ter passado por essa Casa esse projeto de lei do parcelamento em 60 meses, posso estar enganado, Senhor Secretário. Então, não sei se foi feito o parcelamento direto com eles, sinceramente, eu não me recordo, mas posso estar enganado, pode ter sido em algum momento que nós saímos do plenário para alguma reunião que esse projeto passou por aqui em regime de urgência. Gostaria de saber também, Senhor Secretário, o senhor informou que o departamento de receita está enviando cartas aos munícipes relativas aos seus débitos. Qual foi o custo disso, se foi uma empresa contratada que elaborou isso ou se foi a própria de administração?” **RESPOSTA DO SECRETÁRIO:** “Vereador Denis, sobre Instituto de Previdência, na verdade, foram R\$ 29 milhões, era o patronal e foi por força de lei federal. Então a gente adere à lei federal ou não, assim, não precisou passar nas Casas de Leis, pois foi definido. A gestão desse recurso era pela Secretaria de Previdência Social e esta Secretaria com a Secretaria de Economia fizeram adesão. A gente fazia adesão a esse empréstimo. Na verdade, nós deixamos de fazer o pagamento e foi um empréstimo inverso. Só para entender, deixei de pagar só que depois foi computado como dívida no ano seguinte, parcelado em 60 meses. Então ele ficou só no âmbito federal. Essa demanda não foi trazida para nenhuma casa de leis em nenhum município, não foi necessário essa gestão. Foi por isso que não ocorreu essa passagem e também não teve prejuízo para o Instituto de Previdência. Por quê? Porque na verdade parcelamos em 60 vezes e a gente já está pagando, já foram oito parcelas. Então porque dentro cálculo atuarial, você está impactando lá na frente, daqui a dez anos, e essa dívida vai ser sanada em 60 meses. Então você não tem esse problema de ordem financeira, e a questão de juros não foi amorosa, foi pesado, inclusive. É mais fácil fazer um empréstimo no Banco do Brasil, na Caixa ou no órgão do que fazer como foi feito, pois foi com juros, com todos os dados necessários. E sobre a segunda pergunta referente às cartas, está aqui o meu executor, funcionário efetivo, Ivair, quem fez todo o trabalho, inclusive, levou as cartinhas, algumas executadas, nos condomínios com a nossa equipe, tentou minimizar o custo da melhor forma possível. Vereador, até aproveitando, reforçando essa fala, muitas pessoas quando a gente começou mandar o início achavam que era fake. O pessoal falava: ‘Olha recebi uma cartinha da Prefeitura, nunca recebi.’ “Não, é verdade, pode pegar que é verdade”. Então a gente fez isso, o Ivair coordenou todo esse trabalho para gente minimizar os custos da melhor forma possível. **PERGUNTA DO VEREADOR:** “Só esclarecendo, Secretário, nós aprovamos por esta Casa inúmeros parcelamentos junto ao IPMS, é algo que se torna normal devido à rotatividade. Esse decreto federal então permite que a Administração faça um parcelamento, uma dívida direto com Instituto sem um projeto de lei aprovado?” **RESPOSTA DO SECRETÁRIO:** “Sim, por meio de adesão, o município adere ou não, e no caso a gente fez adesão.





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

Nesse item, só esticando um pouquinho, a gente tem a certidão de previdência, uma CND(Certidão Negativa de Débitos) previdenciária. Para a gente ter a CND previdenciária quem emite é o governo federal, por isso que foi regido tudo por lá. Como que vou deixar de pagar e vou ter a CND? A CND tem que ser feita por lá. De novo, toda essa gestão dessa situação foi feita de âmbito Federal.” **PERGUNTA DO VEREADOR:** “Está bom. O senhor poderia fornecer uma cópia do Decreto Federal para nós o qual autoriza uma dívida do município ser parcelada sem autorização da Casa de Leis?” **RESPOSTA DO SECRETÁRIO:** “Sem Problemas.” **SENHOR PRESIDENTE:** “Só respondendo a pergunta do Vereador Denis. Vereador, acho pertinente a sua colocação sobre o que pagamos para quem já recebe, peço à Diretoria Legislativa que aprofunde um pouco mais no projeto e vamos deliberar junto com vereadores e assim apresentar um projeto sim. Acho totalmente viável que esse dinheiro possa ser investido em outra coisa, em uma creche, uma escola, um posto de saúde que tanto precisamos aqui dentro da nossa cidade. A palavra continua aberta. Não havendo mais nenhum Vereador para o uso da palavra, quero agradecer a Irami Lopes e a Fernandes Silva que estão nos acompanhando pelo canal do YouTube. Temos três perguntas, Secretário, por parte dos internautas uma feita pela Eliany que pergunta: quais ações e metas esperadas para o próximo quadrimestre?” **SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “Eliany, na verdade, essas informações já constam da prestação. Quando passei aqui que a gente tem as metas de 33% por cada quadrimestre. Se a gente pega o quadro para tentar falar de uma maneira mais simplificada, atingi até agora 69%, isso significa que estamos chegando próximo dia a dia, mês a mês do nosso objetivo que é, logicamente, os 100%. Quando acontece aqui uma arrecadação acima de 100% e a execução orçamentária é abaixo é por isso que no ano seguinte a gente consegue fazer um superávit. Então os dados, as informações estão todos, na verdade, dentro de um projeto de lei, e esses números aqui são referenciados em uma LOA que foi feita no ano passado. Para nossa surpresa, que é o lado positivo, a gente está conseguindo, mesmo com quadro instável, agora com a pandemia, inclusive, tem a questão de instabilidade econômica, a gente está conseguindo atingir em torno de 69%, ou seja, estamos totalmente dentro do planejado, apesar da turbulência.” **SENHOR PRESIDENTE:** “Agradeço a resposta, Secretário. Agora a pergunta do Anderson P. Silva: quanto espera arrecadar com os Refis?” **SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “Essa eu havia comentado, R\$ 22 milhões. Então, ainda temos uma missão e temos que trabalhar bastante para gente alcançar. De 2 para 20, faltam 10 vezes o valor arrecadado.” **SENHOR PRESIDENTE:** “Outra pergunta, Secretário, agora do internauta que diz aqui: Gostaria muito de saber qual benefício que a cidade está recebendo pelas construtoras que estão invadindo nossos bairros centrais e até mesmo afastados? Uma vez que está acontecendo o crescimento desorganizado pela quantidade de condomínios



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

residenciais, está claro que a cidade, futuramente, não irá comportar tamanha população em um pequeno espaço. Não vejo uma contrapartida das construtoras que vêm lucrando em nosso município. Não é uma pergunta que é destinada ao senhor, Secretário, mas como temos a obrigação com a população de perguntar, se o senhor quiser responder e tiver a resposta fique à vontade.” **SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “É interessante isso, porque na verdade nós temos um projeto aprovado aqui na Casa de Leis que é o EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança. Quando qualquer construtora vem aqui, já está no regramento, está aprovado que ela vai ter que fazer o impacto de vizinhança. Então, é importante até para questão de conhecimento, se você pegar a creche do Quaresmeira, teve a questão do impacto de vizinhança; teve na UBS do Dona Benta que – vai ser futuramente inaugurada – está também dentro dessa questão de contrapartida de impacto de vizinhança. A gente vai ter a rotatória da Estrada dos Fernandes, na Regina Cabalau Mendonça com a Santa Mônica que tem a contrapartida também. Então você tem vários itens. Estou falando aqui de alguns, logicamente a Secretaria não a de Finanças, mas a Secretaria de Planejamento Urbano tem todas as informações, valores, todos os impactos que são feitos. É importante entender que hoje qualquer empreendimento tem essa contrapartida a ser feita. Como comentou, não é um item da pauta, trouxe aqui o relatório orçamentário financeiro, mas é importante que teve essa mudança. O município cresceu, melhorou em vários aspectos, e aí passa ser um produto mais fácil de ser vendido. Tem sim a questão de crescimento imobiliário, regida e organizada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e também com o Impacto de Vizinhança trabalhado, a soma desses itens faz o que o município cresça de maneira ordenada. Então essa crítica feita é importantíssima a qualquer tempo, porque é assim o crescimento da cidade, muitas vezes, pode inchar e inchando vai causar perda de qualidade de vida para o restante dos munícipes. Essa crítica é importante, mas também da para subsidiar de informações hoje. Temos muitas informações para trazer.” **SENHOR PRESIDENTE:** “Interessante a sua resposta, Secretário, até mesmo porque temos um projeto aqui na Casa que está sendo analisado pelas comissões, já passou o prazo de emenda e está sendo analisado, que a Secretaria de Planejamento Urbano quer tirar a obrigatoriedade do EIV em certa localidade de nosso município. De antemão, eu sou totalmente contra, porque nós aprovamos aqui tanto o Plano Diretor, como o de Uso e Ocupação de Solo. No Plano Diretor já constava que o EIV veio agora do nosso governo e tirá-lo agora seria ruim, porque você estaria beneficiando quem tem empreendimento naquela área. Está certo que ainda tem um prazo para ser deliberado e para ser votado por esta Casa, mas já deixo aqui a minha negativa sobre esse projeto que, para mim, não vai beneficiar, vai prejudicar.” **Com a palavra o Ver. Denis Claudio da Silva – DEM (Denis Filho Pedrinho Mercado)** “Secretário, Senhor Presidente, só quero fazer um adendo sobre a fala do secretário, não é desanimando Vossa



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

Excelência, mas estava tudo caminhando muito bem como Vossa Excelência disse, mas como o nosso Presidente acabou de explanar, se depender do projeto enviado pelo secretário da Secretaria de Planejamento, a nossa cidade viraria o “samba do crioulo louco”, que poderia fazer tudo sem nada. Que isso fique muito claro aos internautas que nos assistem, inclusive, nos questionaram. É um projeto muito complexo, não sei de quem é esse interesse, mas o EIV não ia precisar mais, não ia precisar mais de estacionamento para os condomínios, são inúmeros fatos e todos esses que o senhor elencou como qualidade estão tentando tirar da nossa cidade, Secretário. Então acho que precisa até de um entendimento maior entre o próprio secretariado, um mostrar para o outro o que realmente traz benefício à cidade, como Vossa Excelência acabou de fazer para gente. Porque estão tentando fazer a nossa cidade voltar a ser aquela bagunça que era antes. Muito obrigado. Obrigado, Senhor Presidente”. **SENHOR PRESIDENTE:** “Obrigado, Vereador, pela colocação. Não havendo pergunta do público e não havendo mais perguntas dos internautas, quero agradecer a presença dos Vereadores Denis Claudio da Silva; Artur Yukio Takayama; Lazario Nazare Pedro; José de Oliveira Lima; Paulo Alves; Fabio Diniz de oliveira; Givaldo Freitas dos Santos; Marcio Alexandre de Souza Marcio malte e Max Eleno Benedito. Agradeço o secretário Itamar e toda a sua equipe, Ademilson, Adriana, Marcelo e os outros componentes que estão aqui também com a gente. Foi muito bem explanado, secretário. Quero parabenizar toda sua equipe, o senhor pelo bom andamento da Secretaria. É desse posicionamento que nós precisamos realmente na nossa cidade, pessoas comprometidas, secretários comprometidos para ajudar o nosso município a crescer, e tenho certeza de o senhor está fazendo a sua pasta com maestria. Agradeço aqui em nome da Câmara Municipal. Deixo a palavra aberta para o senhor para as considerações finais e após encerraremos.” **SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** “Obrigado, Presidente. Em vosso nome quero agradecer a presença de todos os vereadores já citados. Quero agradecer a minha equipe de contabilidade, a minha equipe receita que já está saindo aqui com as missões solicitadas aqui e registradas. Então já, por favor, já quero solicitar. Na verdade, Presidente, a Secretaria de Planejamento e Finanças é uma Secretaria técnica, que a gente está buscando a missão de, literalmente, trabalhar e manter a casa em ordem, já a deixamos, e é um trabalho árduo. Na verdade, tenho que agradecer a vocês, porque a Casa tem atendido a Secretaria de Finanças em todas as demandas solicitadas. E agradecer mais uma vez a oportunidade de estar na Casa de Leis, apresentando as contas. Lembrando que em breve estarei aqui para apresentar a LOA e do PPA em outras duas audiências com vocês. Obrigado pela audiência de hoje.” **SENHOR PRESIDENTE:** “Muito bem colocado, Secretário, que a sua Secretaria é técnica, mas tem algumas outras Secretarias que estão cheias de técnicos e que, infelizmente, não trabalham. Eles têm que usar de exemplo a Secretaria do senhor e os outros



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

técnicos, que se dizem técnicos, precisam trabalhar um pouquinho. Não havendo mais nada a ser deliberado dou por encerrada a presente audiência pública. Muito obrigado a todos e uma boa tarde!” Às onze horas e vinte três minutos, o Senhor Presidente encerrou a Oitava Audiência Pública, do Primeiro Exercício, da Décima Oitava Legislatura, da qual lavrou esta ata, que será pela mesa assinada. Compareceram a esta sessão, os seguintes Vereadores: Artur Yukio Takayama – PL (Artur Takayama); Denis Claudio da Silva – DEM (Denis Filho Pedrinho Mercado); Fabio Diniz de Oliveira (PTB); Givaldo Freitas dos Santos – PL (Baiano da Saúde); José de Oliveira Lima – PDT (Zé Oliveira); Lazario Nazare Pedro – REPUBLICANOS (Lazaro de Jesus); Leandro Alves de Faria – PL (Leandrinho); Marcio Alexandre de Souza – PL (Marcio Malt); Max Eleno Benedito – PODEMOS (Max do Futebol) e Paulo Alves (PSC). Acompanharam a sessão os seguintes servidores da Câmara de Suzano: Diretora de Comunicação, Vivian Turcado. Jornalista, Taís Aranha. Diretor Legislativo, Douglas Francisco Martins da Silva. Procurador Geral Legislativo, Pedro Vitor Alves de Souza. Diretor jurídico, Eric Trimboli Teixeira. Consultor de Orçamento e Documentação Histórica, José Cláudio da Silva Aguiar. Agente administrativo, Raziell Shinosuke Ueda. Chefe de serviços legislativos, Mayara Moreira de Brito. Fotógrafo, Ricardo Bittner Silva. Auxiliar administrativo, Eliany de Lourdes Mori. Auxiliar administrativo, Pamela da Silva Araujo e Taquígrafa, Rosinéia de Agostini Pacheco.

**PLENÁRIO MARQUES FIGUEIRA, 29 de setembro de 2021**

**VEREADOR LEANDRO ALVES DE FARIA**  
Presidente

**VER. ANTONIO RAFAEL MORGADO**  
Primeiro Secretário

**VEREADOR JAIME SIUNTE**  
Segundo Secretário